

Senadores dizem que Brasil não deve ter pressa para negociar

por Paulo Sotero
de Washington

Os membros da Comissão Especial do Senado para a Dívida Externa (Fernando Henrique Cardoso, PMDB-SP, Raimundo Lira, PMDB-PB, Carlos Chiarelli, PFL-RS, e Virgílio Távora, PDS-CE) concluíram ontem três dias de encontros em Washington convencidos de que existe espaço para um entendimento com os credores, especialmente os organismos financeiros internacionais, que preserve o crescimento da economia e a autonomia do País na condução de sua política econômica.

Isso quer dizer, na prática, que eles creem que o governo poderá chegar a um acordo não tradicional com o Fundo Monetário Internacional (FMI), através do qual o País obtenha créditos da instituição sem se submeter ao exame periódico de sua performance econômica pelos técnicos do FMI. Esta avaliação não coincide com a opinião dominante neste momento no governo americano, nos organismos internacionais e nos meios financeiros.

Qualquer que seja a fórmula da negociação que o País iniciará brevemente com seus credores externos, os senadores acreditam, porém, que ela terá como ponto de partida o exame dos resultados concretos do programa econômico do governo — e não simplesmente o enunciado de seus objetivos. Por isso, quando desembarcarem em Brasília, na próxima sexta-feira, eles provavelmente aconselharão o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, que não tenha pressa para começar os entendimentos com os credores e só o faça quando já tiver o que mostrar. Os senadores confiam, obviamente, que o plano econômico dará certo. O ministro da Fazenda planeja visitar Washington e Nova York entre os dias 21 e 27 do mês, para manter os primeiros contatos com as autoridades americanas e representantes dos grandes bancos credores.

Por razões diferentes, funcionários de organismos internacionais e de bancos disseram ontem a este jornal que a visita de Bresser poderá acabar revelando-se prematura mesmo para definir os contornos da negociação, porque, de acordo com as informações de que dispõem, o trabalho de preparação do plano macroeconômico do governo estaria atrasado e ainda bastante incompleto, dificultando o início de conversas substantivas entre o governo e os técnicos da missão anual de consulta do Fundo Monetário Internacional, que está neste momento no Brasil. Contudo, uma fonte do FMI indicou a este jornal, ontem, que não é este o caso.

Por seu lado, o embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, que tem trabalhado em estreita sintonia com Bresser na reaproximação do governo com seus credores, está convencido de que tudo se encontra nos trilhos para que a visita do ministro da Fazenda aos EUA, no final de julho, seja produtiva.

Atrás das avaliações sobre a oportunidade da visita de Bresser há uma série de cálculos. Os bancos, que se animaram com as notícias sobre a disposição de Bresser de chegar a um entendimento com o FMI, publicadas pela imprensa econômica internacional nas últimas semanas, temem que esse processo seja excessivamente demorado e comprometa as chances de um acordo antes do fim do ano.

Tal acordo permitiria a

eles retirar seus ativos brasileiros de médio e longo prazos do regime de caixa e melhorar sensivelmente seus balancetes, que estão todos destinados a fechar no vermelho, por causa da decisão de reforçar reservas contra eventuais perdas.

Revelando o mesmo tipo de preocupação, um executivo de um grande banco de Nova York lembrou a proximidade do dia 20 de agosto, quando se completa o centésimo oitavo dia da suspensão de pagamentos, indicando que se o governo brasileiro não tiver, até lá, o terreno da negociação aplainado — e isso inclui um acordo com o FMI — as autoridades bancárias americanas poderão rebair em mais um ponto a classificação do crédito brasileiro, que já é considerado "substandard".

O cronograma político americano também é relevante para a negociação da dívida brasileira. Ao tomar conhecimento de que Bresser pretendia vir aos EUA no final de julho, um funcionário da área econômica do governo americano lembrou que a conversa que o ministro terá no banco central americano, provavelmente, será de pouca utilidade, pois seu presidente, Paul Volcker, estará deixando o posto dias depois.

Uma forma de contornar o problema, indicou o funcionário, é fazer com que o sucessor de Volcker, Alan Greenspan, participe da conversa. Mas dado o ralo interesse que Greenspan revelou até hoje sobre o problema da dívida nos últimos anos (sua declaração mais recente sobre o assunto data de 1977) e a sua orientação mais pró-mercado do que a de Volcker, não é certo que o futuro presidente do Fed se interesse em participar de uma conversa com o ministro brasileiro antes de assumir o cargo.

Contudo, não iniciando rapidamente as negociações, o governo brasileiro poderá ficar sem interlocutor para negociar em Washington. Esse cálculo é feito por fontes financeiras bem informadas e que tem como muito provável a partida de James Baker da Secretaria do Tesouro no último trimestre do ano.

De acordo com essas fontes, Baker, que é um próximo aliado político do vice-presidente George Bush, deixará o governo para comandar a campanha do vice-presidente à Casa Branca. Se esta previsão estiver correta, o período de três meses que se inicia agora e termina com a reunião anual do FMI e do Banco Mundial (BIRD) seria a última oportunidade para colocar as negociações nos trilhos ainda neste ano.

Os senadores brasileiros estiveram ontem com o presidente do BIRD, Barber Conable, e com o senador democrata William Bradley e reúnem-se hoje com representantes de bancos, em Nova York. Embora tenham procurado apresentar sua missão como sendo apenas de informação, os parlamentares mantiveram, em Washington, permanente contato com Bresser Pereira e, segundo o senador Chiarelli, "testaram algumas alternativas de negociação" com seus interlocutores.

Em dois momentos, ontem, Fernando Henrique Cardoso e Raimundo Lira, os dois pemedebistas da delegação, separaram-se de seus colegas para atender a outros compromissos. Procurando resumir o estado de espírito dos membros da delegação, o oposicionista Virgílio Távora disse que "as coisas já estiveram pior".